Arquivos pessoais e diplomática contemporânea: novos desafios a partir da literatura brasileira

Archivos personales y diplomatica contemporánea: nuevos desafios en la literatura brasileña

Personal papers and archival diplomatics: new challenges in the Brazilian literature

Ana Beatriz COLOMBO (1), Sonia TROITIÑO (2)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
(1) ana.colombo@unesp.br, https://orcid.org/0000-0002-3775-9681
(2) sonia.troitino@unesp.br, https://orcid.org/0000-0002-7204-3283

Resumen

Se abordan los archivos personales en sus contextos de formación en la época contemporánea, considerando la realidad híbrida, en la que conviven documentos en soporte físico y digital. El objetivo de este trabajo es presentar posibles aplicaciones de la diplomacia contemporánea para estos archivos. Se supone que la diplomacia tiene mucho que aportar y ayudar a la archivística en el tratamiento de estos archivos. Utilizamos una metodología teórico-exploratoria, basada en la literatura del campo de la archivística y las Ciencias de la Información. Concluimos que la diplomacia presenta muchas aplicaciones posibles para el procesamiento de expedientes personales, pero aún necesita ser explorada mucho más para poder cubrir todos los aspectos actuales de estas colecciones.

Palabras clave: Documentos personales. Diplomática contemporánea. Archivística. Documentos digitales. Brasil.

Abstract

This article aims to address personal papers in their contemporary context of formation, considering the current hybrid reality in which documents in analog and digital formats coexist within archival systems. The objective of this work is to present possible applications of Archival diplomatics in the organization of personal papers. It is based on the assumption that diplomatics can contribute to and assist archival science in the documentary treatment of personal papers. We used a theoretical-exploratory methodology, based on literature from the field of archival science and Brazilian information science. We conclude that the use of diplomatics in personal papers is already explored in the literature of the area and the contribution is always positive. However, many aspects need to be further explored, due to the inherently public and formal nature in which diplomatics was conceived and the needs of contemporary times.

Keywords: Personal papers. Archival diplomatics. Archival science. Digital records. Brazil.

1. Introdução

Assim como qualquer instituição precisa produzir documentos no desempenho de suas atividades, as pessoas também, costumeiramente, registram as atividades desenvolvidas no seu dia a dia. Durante toda nossa vida, produzimos documentos de diversos tipos, muitas vezes, sem nem ao menos nos darmos conta. Com o passar dos anos, documentos vão se acumulando em diferentes lugares da casa, sendo organizados por critérios pessoais de importância ou de utilidade e, assim, formam-se os arquivos pessoais.

Arquivos pessoais nada mais são do que parte dos resquícios materiais de parte da vida das pessoas. São formados pelos documentos que produzimos ou guardamos durante nossa vida, de forma consciente ou não (Artières, 1998).

Na modernidade, com a difusão da escrita, o deslocamento da memória para suportes materiais (Le Goff, 1999) e os avanços tecnológicos, o registro da vida privada cotidiana torna-se cada vez mais comum e numeroso a constituição de arquivos pessoais.

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento passaram a utilizar esses fundos como fonte para o desenvolvimento de suas pesquisas. A utilização de fundos pessoais como fonte de pesquisa aconteceu a partir das tendências que visam a busca por fontes não tradicionais como, por exemplo, a Escola dos Annales (Le Goff, 1998). Consideramos como fontes tradicionais,, a partir da influência da Escola de Annales, aquelas produzidas por órgãos governamentais ou institucionais e que foram por muito tempo consideradas as únicas fontes documentais dignas de

confiança. Com o despontar do interesse por documentação de origem particular como possível fonte de pesquisa, as instituições arquivísticas passaram a adquirir esses fundos e incorporá-los aos seus acervos.

Atualmente existem diversas instituições e centros de pesquisa e documentação voltados a preservação, organização e disponibilização de arquivos pessoais, abrangendo diferentes temáticas de pesquisa. Essas instituições lidam com documentos pessoais todos os dias e habituaram-se a suas particularidades, aprendendo a driblar as dificuldades de organizar, arranjar e descrevê-los — apesar de ainda existirem problemas e dificuldades na escolha de formas para executar tais ações.

Contudo, um novo desafio está se colocando para essas instituições. Atualmente, os arquivos pessoais custodiados são, em sua maioria, documentos convencionais produzidos até o começo da década de 1990 — os impressos ou manuscritos, por exemplo. O desafio que vem tomando forma e se tornará realidade em menos de uma década são os arquivos pessoais na contemporaneidade, resultado da popularização das tecnologias da informação e comunicação e do advento das redes sociais. Esse tipo de acervo caminha para assumir uma forma híbrida, contando com uma vasta quantidade de tipologias e suportes.

O que mais diferencia os arquivos pessoais que estão sendo gerados agora é a existência de documentos digitais. A mescla entre documentos em suporte papel ou analógico e documentos digitais poderá desencadear diversas dificuldades para uma conservação apropriada desses conjuntos. Tais dificuldades precisam ser pensadas e analisadas para que esses arquivos pessoais contemporâneos consigam chegar às instituições arquivísticas e continuem servindo como fonte de pesquisa.

Um dos desafios está em fazer esses arquivos híbridos sobreviverem até chegarem às instituições de guarda permanente. Devido à propensão de perdas constantes de documentos digitais, consequência da dificuldade de preservação sem a aplicação de métodos efetivos — e de elevado investimento financeiro -, esses registros podem ser pedidos ou sofrer obsolescência.

Além dessa dificuldade, coloca-se também a etapa de arranjo desses conjuntos. Uma das principais dificuldades está em recuperar o contexto de criação, suas funções e sua organicidade, logo que a vida pessoal e privada não estabelece padrões estruturais e orgânicos tão claramente estabelecidos como arquivos institucionais.

Essa problemática se acentua ainda mais quando esses conjuntos tomam sua forma híbrida. A recuperação do contexto de criação se torna mais difícil, devido a multiplicidade de suportes de armazenamentos e devido aos vários lugares onde as pessoas armazenam seus documentos digitais (HD externo, computador, celular, e-mail, nuvem, pen-drive, entre outros).

Estas são algumas das muitas dificuldades que os arquivistas terão que enfrentar quando os arquivos pessoais contemporâneos chegarem às instituições de guarda.

Nosso artigo se divide em 5 seções: A próxima seção denominada “Diplomática e Arquivologia” objetiva estabelecer a relação histórica que os dois campos científicos estabeleceram ao longo da história. A terceira seção, “Arquivos pessoais contemporâneos: novos desafios para a arquivologia”, pretende apresentar o contexto dos novos arquivos e as dificuldades postas à arquivologia. A seção seguinte, denominada “Diplomática contemporânea: novas aplicações para uma antiga disciplina", pretende traçar o percurso histórico da diplomática, desde o surgimento da diplomática clássica até o desenvolvimento da diplomática contemporânea. A sequência, será dedicada à discussão das possíveis aplicações da diplomática contemporânea nos arquivos pessoais contemporâneos, no capítulo denominado "Possíveis contribuições da diplomática contemporânea para os arquivos pessoais contemporâneos”, enquanto que a última seção será dedicada à conclusão da temática.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a metodologia levantamento bibliográfico não sistemático, focado na literatura presente no campo da arquivologia e da ciência da informação brasileiras. O levantamento foi realizado na base de dados Brapci — base de dados em Ciência da Informação — devido ao recorte na pesquisa, objetivando analisar as produções brasileiras. As palavras-chaves utilizadas para recuperação dos artigos foram: Diplomática contemporânea; Diplomática digital; Arquivos pessoais digitais. A palavra-chave Diplomática contemporânea retornou 42 trabalhos, dos quais selecionamos apenas os que tratavam objetivamente de diplomática. Foram excluídos também trabalhos de evento, sendo selecionado apenas artigos de revista. Ao total, sobraram 6 artigos; A palavra-chave diplomática digital retornou 39 artigos, os quais também foram selecionados apenas os que tratavam diretamente sobre diplomática. Foram excluídos igualmente trabalhos de evento, sendo selecionado apenas artigos de revista. No total, restaram 4 artigos, sendo 3 resultados repetidos da busca anterior, permaneceu 1 artigo.

A palavra-chave arquivos pessoais digitais retornou 21 trabalhos, dos os quais apenas 2 tratavam diretamente de arquivos pessoais. O restante das referências foram escolhidas como maneira de complementar as reflexões trazidas pelos artigos retornados na BRAPCI.

A partir desta pesquisa, pretende-se levantar se as produções que tratam de diplomática contemporânea abordam os arquivos pessoais, e se abordam, quais as contribuições são relatadas por essas pesquisas.

2. Diplomática e Arquivologia

A diplomática vem consolidando a tradição documental desde os escritos de Mabillon no século XVII, constituindo uma ciência per si. Por sua vez, a arquivologia, ao buscar soluções para os problemas relacionados ao tratamento documental de arquivos, pode descobrir na diplomática técnicas e saberes.

Desde seu surgimento, ligada à questão da autenticidade documental, a diplomática desenvolve saberes e técnicas que são relevantes para a arquivologia. Nesse primeiro momento, a questão da autenticidade foi o ponto chave para desenvolvimento dos seus procedimentos e métodos de trabalho. Com o passar dos anos, a colaboração entre a diplomática e a arquivologia desenvolveu técnicas e voltou-se para novos problemas, que não apenas a autenticidade dos documentos. Agora, as questões que movem esta disciplina estão ligadas à gênese do documento ou produção documental. A gênese documental ou produção nada mais é do que entender a forma e as circunstâncias onde os documentos foram criados, levando em consideração as razões que levaram à criação desse documento (Bellotto, 2008).

A arquivologia, apropriando-se de conhecimentos e técnicas da diplomática, vem desenvolvendo seu campo científico e seus métodos de estudo, buscando compreender a gênese documental através dos elementos presentes nos documentos. Nesse sentido, tem na identificação de documentos e compreensão das funções que levaram a sua criação e sua estrutura funcional, e assim auxiliando na classificação ou arranjos dos documentos (Bellotto, 2008).

Com o avanço da tecnologia, e a criação massiva de documentos em Tecnologias de Informação e Comunicação, a diplomática e arquivologia vem se reinventando mais uma vez, a fim de estabelecer métodos que sejam aplicáveis também aos documentos digitais. Esta busca por compreender a gênese documental, levando em conta questões importantes desde a diplomática clássica — como a autenticidade e a integridade — mas aplicada aos ambientes digitais, considerando as peculiaridades dos documentos digitais e a dificuldade de lidar com suportes digitais tornou-se objeto da arquivologia.

Consideramos que a diplomática possa servir de grande ajuda para o tratamento dos arquivos pessoais contemporâneos, levando em consideração a presença dos documentos digitais nesses acervos. Assim como a diplomática clássica vem sendo utilizada para tratamento dos documentos convencionais — em suporte de papel — desde a idade média, a diplomática contemporânea pode apresentar diversas potências de aplicação para os arquivos pessoais contemporâneos.

Para Nascimento e Konrad (2016, p. 42) ‘

> […] pode-se afirmar que a Diplomática Contemporânea é produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados anteriormente. No seu sentido moderno, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor’.

Assim, entende-se que a diplomática contemporânea se configura como a atualização dos métodos diplomáticos desenvolvidos pela diplomática clássica. Segundo ainda Santos e Flores (2016, p. 70), sobre a diplomática contemporânea

> A Diplomática fornece uma base teórico-metodológica que permite que a Arquivologia, atualizar-se para atender às demandas de tratamento documental dos dias atuais, os quais possuem novos contextos de produção, suportes, formatos, etc [...] Desta forma, a Diplomática auxilia a Arquivologia no tratamento dos documentos em meio digital, fornecendo amparo teórico para a presunção de autenticidade, bem como requisitos para que os documentos digitais, em sua unidade, sejam considerados também arquivísticos.

Portanto, pretendemos nos debruçar sobre as possíveis aplicações e utilização da diplomática contemporânea para o tratamento arquivístico de arquivos pessoais contemporâneos. Parte-se do pressuposto que a diplomática contemporânea é capaz de auxiliar os arquivistas a recuperar o contexto de produção dos documentos dos arquivos pessoais contemporâneos, tornando possível uma classificação que reflita as funções da vida de quem aquele arquivo pertence, de maneira a espelhar a “ordem original” de seu produtor.

3. Arquivos pessoais contemporâneos: Novos desafios para a arquivologia

No âmbito dos arquivos, existem diversas classificações que configuram diferentes tipos de arquivos, dentre eles os arquivos institucionais — de origem pública ou origem privada — os arquivos familiares, ou ainda os arquivos pessoais (Bellotto, 2006). Contudo, apesar de cada categoria de arquivos configurar tipos diferentes de conjuntos documentais, todos os arquivos se caracterizam como (Silva et al., 1999, p. 214, *apud* Sousa, 2009, p. 106):

> […] um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais — a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) — a que se associa um terceiro — a memória — imbricado nos anteriores.

A natureza orgânica e a natureza funcional apresentada por Silva são responsáveis por dar valor arquivístico a um conjunto de documentos. Primeiramente, todo conjunto documental arquivístico será derivado de funções exercidas por uma instituição, ou pessoa, em meio às atividades exercidas por essas. Em segundo lugar, todos os documentos produzidos em um fundo arquivístico, derivados das mesmas funções, se relacionam de forma orgânica. Sua formação orgânica será responsável por dar contexto a esses conjuntos documentais.

É importante salientar que o potencial informativo de um conjunto arquivístico, será preservado apenas se as funções que levaram a produção desses documentos forem compreendidas e suas ligações orgânicas forem preservadas.

Os arquivos pessoais apresentam as mesmas características citadas acima, as características que os diferem dos outros tipos de arquivos são seus produtores, além também dos tipos de documentos que irão formar esses fundos documentais. Hobbs (2015, p. 266-267, tradução nossa)) apresenta uma definição que traduz de forma simplificada os arquivos pessoais, segundo o autor

> Os arquivos/registros pessoais compreendem documentos de proveniência de um indivíduo ou de um grupo familiar. O termo arquivos pessoais enfatiza a coletividade de um fundo arquivístico, enquanto os registros pessoais enfatizam as funções de indivíduos e famílias criando registros e essas qualidades de documentos como registros [...] Registros pessoais normalmente consistem em: correspondência e comunicação (comercial e pessoal); diários, jornais, agendas e calendários; fotografias, gravações; efêmero /memorabilia; e rascunhos de trabalhos criativos, acadêmicos, de negócios ou outros tipos de trabalhos produzidos por indivíduos. Os conceitos de arquivos pessoais e manutenção de registros pessoais dependem da relação entre os documentos e as atividades e desenvolvimento do criador.

Apesar do carácter pessoal desses juntos documentais e de sua importância primária ser direcionada apenas ao seu produtor, os arquivos pessoais podem se tornar fontes de pesquisa e fontes de preservação da memória para a sociedade. Existem hoje, diversas instituições arquivísticas que trabalham com o conceito de "documentos privados de interesse público" que diz respeito a fundos arquivísticos produzidos no âmbito privado, mas que por conta de seu valor de uso social, adquiriram caráter de fontes de pesquisa ou ainda de patrimônio histórico/cultural (Camargo, 2005). Bellotto, em sua definição sobre arquivos pessoais de interesse público, aponta que constituem (Bellotto, 2006, p. 266):

> Conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de atuar, agir, pensar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

A necessidade de preservar estes arquivos se configura em dois sentidos: primeiramente, sua importância para com seu produtor, tanto em seu valor primário de produção, para que os indivíduos consigam exercer suas atividades sociais/burocráticas, quanto em seu valor secundário, para preservar a história e os documentos de valor afetivo de seu produtor. Em segundo lugar, sua importância volta-se também para a preservação da memória da sociedade e da constituição de fontes de pesquisa. Em alguns casos, arquivos pessoais passam a ser custodiados por instituições arquivísticas, onde estes arquivos passaram a ter valor social, cultural e/ou histórico.

Ainda que os arquivos pessoais contemporâneos continuam sendo definidos pelo mesmo conceito e continuem apresentando essencialmente as mesmas características que os arquivos pessoais dos últimos séculos, produzidos em suportes de papel e afins, o avanço da tecnologia modificou em muito a forma de produção dos documentos, e modificou principalmente onde e como esses documentos encontram-se armazenados.

Os arquivos pessoais se transformam, assim como a sociedade se transforma. Segundo Pajeú, Moura e Carvalho (2018), os arquivos pesso-

ais seguiram o fluxo de transformação da sociedade contemporânea, a utilização em larga escala das tecnologias digitais modificaram as formas de criar arquivos pessoais. Contudo, a função desses arquivos ainda se preserva da mesma maneira. Sua produção documental vem das atividades cotidianas exercidas pelos indivíduos, e sua preservação ainda configura-se como importante, tanto em termos burocráticos, quanto em termos afetivos para a preservação da memória dos indivíduos, nas próprias palavras dos autores (Pajeú, Moura e Carvalho, 2018, p. 59):

> Acompanhando o crescimento e a variedade dos tipos de recursos informacionais, a massa documental gerada por indivíduos na esfera particular reflete suas atividades cotidianas, sejam elas resultantes de suas atividades profissionais, formação acadêmica ou elementar, ou fruto dos seus gostos pessoais. Sendo, portanto, objeto de memória pessoal e familiar, daquilo que por valor afetivo ou funcional merece ser guardado em longo prazo e ordenadamente para futura recuperação, acesso e uso.

Apesar das características essenciais desses arquivos pessoais ainda terem se mantido, Sousa (2009) nos adverte que essa mudança do meio analógico para o meio digital representa grandes mudanças nas estruturas desses arquivos que devem ser consideradas e refletidas ao pensar seu processo técnico (Sousa, 2009, p. 81):

> Não é simplesmente um novo suporte para o registro de informações originadas das funções e atividades das instituições; ele tem características próprias, que impõem a definição de modos específicos de criá-lo, classificá-lo, avaliá-lo, descrevê-lo e de atestar sua autenticidade.

Segundo Rondinelli (2005), os documentos digitais apresentam os seguintes elementos: suporte, conteúdo, gênero, ação, pessoa, relação orgânica e contextos. O suporte configura-se como a matéria física onde aquela informação está registrada — HD, nuvens, DVD, pen-drive, entre outros. O conteúdo diz respeito à informação contida no documento, aquilo que encontra-se registrado. O gênero, ou algumas vezes chamado de estrutura, compreende dois aspectos do documento, o aspecto físico — como por exemplo, o tamanho da fonte, o idioma, formato e entre outros — e o aspecto intelectual, o tipo de representação do conteúdo deste documento — podendo ser textual, imagética, sonora, audiovisual, entre outras. A ação é o próprio ato ou atividade que derivou a produção daquele documento. A relação orgânica diz respeito à relação que os documentos de um mesmo fundo arquivístico assumem entre si. O contexto configura-se como o ambiente que derivou a criação desse documento e determina sua relação com os demais documentos do conjunto.Todos esses elementos devem ser levados em consideração para uma gestão eficiente de documentos arquivísticos e para uma preservação a longo prazo sem perdas de organicidade e contexto de produção.

Somado às novas necessidades tecnológicas, os antigos problemas dos suportes analógicos ainda mostram-se presentes.

Para Camargo (2008), quando um arquivo pessoal ingressa em uma instituição, a primeira dificuldade é definir os contornos que o caracteriza como tal. Inevitavelmente, algumas perguntas surgem: A biblioteca do titular faz parte do arquivo? Os objetos são parte do arquivo? Como definir aquilo que se caracteriza como registro documental arquivístico diante de tantos suportes de informação? Além disso, como admitir suportes dos mais diversos sem perder a ligação orgânica entre os documentos? No contexto dos ambientes digitais, as redes sociais são parte do arquivo pessoal? Sites, blogs e ambientes similares integram o arquivo pessoal? Como admitir diferentes suportes — entre os analógicos e os digitais — sem perder a organicidade entre os documentos?

Calleja (2007), ao defender que arquivos pessoais não configuram arquivos, argumenta que as funções que produzem tais conjuntos não estão previstas em lei e não possuem uma classificação científica, ficando a parte do profissional responsável por sua organização estabelecer tais funções e classificar os documentos. Questiona se os arquivos pessoais podem ser chamados de arquivos, mesmo faltando atributos como organicidade, ciclo de vida e avaliação.

Para Artières (1998) e McKemmish (2013) os arquivos pessoais configuram um desejo de testemunho da própria vida através dos registros das ações realizadas. O arquivo pessoal torna-se para Artières (1998) um artifício para que a própria vida perdure no tempo. Além do desejo de testemunhar a própria vida, a ainda a imposição burocrática social que impõem a necessidade de criar registros/documentos institucionais para participar de determinados espaços sociais. McKemmish (2013) argumenta que a ação de manter registros é um sistema social institucionalizado que relaciona-se diretamente à construção da identidade e da memória.

Ao que parece, os impulsos que levam as instituições a produzirem documentos, são os mesmos que levam as pessoas a acumular seus arquivos pessoais. Contudo, enquanto os arquivos institucionais são explorados e consolidados dentro do campo arquivístico, os arquivos pessoais passam a ser objeto de interesse recente,

mas que encontram-se agora caminhando para uma consolidação. Mas para isso, os antigos e os novos problemas precisam ser plenamente debatidos. Neste sentido, buscaremos auxílio em métodos já reconhecidos e utilizados para documentos institucionais, mas que ainda precisam adentrar as discussões voltadas aos arquivos pessoais.

4. Diplomática contemporânea: novas aplicações para uma antiga disciplina

O desenvolvimento da Diplomática acontece a partir da ideia de autenticidade. O objetivo central dessa disciplina, em seus primeiros momentos de atuação, foi verificar os documentos autênticos custodiados pela igreja, para que esses fossem vistos como fontes passíveis de confiança. De acordo com Pacheco (2017, p. 131),

> [...] a Diplomática surge com a necessidade de averiguar a autenticidade dos documentos com uma finalidade puramente prático-jurídica. [...] Apesar de terem corretamente avaliado a autenticidade dos documentos que estudaram, a crítica diplomática era ainda incipiente do ponto de vista científico. O grande avanço na disciplina ocorreu no século XVII quando Jean Mabillon, num contexto de autênticas guerras diplomáticas em França e na Alemanha, enumerou um conjunto de regras fundamentais para a crítica textual.

Com as contribuições de Mabillon, a diplomática deu seus primeiros passos para ser reconhecida como campo científico, definindo seus princípios e criando grande parte de suas bases teóricas para estudos que seriam aprofundados apenas anos depois.

Contudo, apesar dos grandes avanços no campo da diplomática, a Revolução Francesa transformou a diplomática em uma disciplina auxiliar a história, utilizada e aplicada apenas para compreensão dos documentos produzidos na idade média, não sendo passível de ser utilizada em documentos produzidos em outros contextos históricos (Pacheco, 2017). Seus métodos e princípios ficaram por muito tempo restritos apenas à compreensão histórica dos documentos medievais, fazendo com que o campo ficasse estagnado durante um determinado período.

Theodor Von Sickel e Julius Ficker serão os grandes responsáveis por reacender a diplomática e andar em direção à crítica documental diplomática. Segundo Sickel (1867), os documentos conseguiam ser divididos em protocolo, texto e estatocolo, enquanto Ficker (1877) refletiu sobre a distinção do momento onde a ação acontece (actio) e posteriormente, o momento onde ela é registrada (conscriptio), dando origem ao documento. Esses dois estudos foram responsáveis pelo amadurecimento científico e aprimoramento das bases teóricas da diplomática, criando também bases e princípios para a crítica documental (Duranti, 1989).

Apesar dos avanços no campo científico e na definição de bases teóricas e princípios, o uso da diplomática ainda se restringia à compreensão de documentos oficiais produzidos durante o medievo, voltado apenas ao uso histórico. Assim como afirma Pacheco (2017), essa compreensão a diplomática como auxiliar da história começará a mudar apenas após as explanações de Schiaparelli (1972, p. 132),

> […] a Diplomática continuava ainda restrita ao estudo dos diplomas eclesiásticos e imperiais produzidos durante a Idade Média. Em 1909, o italiano Luigi Schiaparelli defende o alargamento da crítica diplomática à documentação moderna, uma vez que também esta obedecia a normas de redação.

Essa constatação de Schiaparelli foi importante para o enfrentamento da diplomática como um campo científico moderno, uma vez que as estruturas documentais mantiveram-se as mesmas desde o medievo.

A diplomática pensada em conjunto com a arquivologia será abordada apenas após as pesquisas de Bautier (1991), pesquisador responsável pela aproximação desses dois campos científicos. O papel de Bautier foi conseguir enxergar que ambos os campos científicos lidavam com o mesmo objeto de estudo, o documento, apesar da abordagem de cada campo ser diferente. Pacheco (2017, p. 132) nos explica que

> Robert-Henri Bautier, defendeu que a Diplomática e a Arquivística partilhavam o mesmo objeto de estudo, o documento de arquivo, ainda que a primeira se interessasse pelo seu processo de formação de modo a enriquecer o conhecimento jurídico, ao passo que a segunda se preocupava com o conjunto documental com vista à sua organização, classificação e inventariação.

A partir dessa ideia, a arquivologia e a diplomática passam a ser vistas como interdisciplinares. Apesar das pesquisas de Bautier (1991), a diplomática continuou sendo ainda tradicionalmente utilizada pela história.

Essa realidade irá mudar apenas no final do século XX, quando a diplomática finalmente começa a ser aplicada a documentos modernos. Essa mudança aconteceu somente após as ideias de Paula Carucci (1994). Carucci passou a utilizar os princípios desenvolvidos pela diplomática para analisar documentos contemporâneos. A abordagem iniciada por Carucci será a responsável por dar início a uma nova fase da diplomática, a diplomática contemporânea. A au-

tora relacionou, pela primeira vez, a tipologia documental ao contexto de criação do documento. Luciana Duranti (2005) é também responsável por aprofundar a relação entre diplomacia e arquivologia, aplicada aos documentos contemporâneos e expandindo sua aplicação aos natos digitais. Em busca de compreender a relação da forma documental e das funções que aqueles documentos cumpriam dentro do seu contexto de criação (Duranti, 1991), a autora foi uma das responsáveis por consolidar a diplomática como técnica da arquivologia, renovando novamente seu rol de atuação, como explica Silva e Flores (2018, p. 356):

> A ampliação no rol de atuação da Diplomática vem, por tanto, com a Tipologia Documental, em direção à gênese documental e do contexto das competências, funções e atividades da entidade geradora. [...] Foi dentro desse contexto que a Diplomática ultrapassa o estudo da espécie documental e torna-se um alicerce para a compreensão da Tipologia Documental, compreendendo o elo existente entre a forma do documento e sua atividade geradora.

Nessa perspectiva, a diplomática aplicada à arquivologia abre seu campo de atuação e passa a olhar não apenas a unidade documental, mas sim seu contexto de criação. Para Nascimento e Konrad (2016, p. 32):

> [...] à nova faceta da Diplomática, voltada à gênese do documento, a qual é chamada pelos estudiosos de Diplomática Contemporânea, Diplomática Arquivística, ou ainda, Tipologia Documental. Muito mais do que estudar a autenticidade formal dos documentos, a Diplomática, atualmente, se ocupa com a sua gênese, direcionando-se à compreensão do documento em relação às atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora .

Essa nova faceta da diplomática permitiu sua utilização para fins arquivísticos essenciais como classificar e descrever, além também de permitir identificar ligações orgânicas entre os documentos, possibilitando a construção de sistemas de classificação similares aos sistemas funcionais que os derivaram, buscando respeitar o princípio da ordem original.

Atualmente, a diplomática é vista como indispensável para a arquivologia por muitos autores. Seu uso é recorrente em grande parcela das instituições arquivísticas brasileiras, além disso, a diplomática integra a maioria dos currículos universitários de arquivologia (Araújo; Sales; Sales, 2017). Agora, mais uma vez os conhecimentos da diplomática precisam ser evocados para pensar nessa nova natureza documental, desenvolvendo uma área de atuação voltada aos documentos natos digitais. E é dessa área de atuação que queremos nos beneficiar para tratar os arquivos pessoais contemporâneos.

A preocupação com a autenticidade não é recorrente no tratamento de arquivos pessoais, sendo esse um dos principais interesses da diplomática clássica. Contudo, não há necessidade de uso da diplomática neste contexto. Por meio do estudo dos tipos documentais em arquivos pessoais, tornou-se possível ao reconhecer determinados padrões de estrutura documentais, que não seguem em si uma forma diplomática, mas repetem a forma estrutural de como os documentos são produzidos, como é o caso das cartas (Cavalheiro, 2017). Apesar das frequentes afirmações ligadas à informalidade dos documentos pessoais (Cavalheiro, 2017), os estudos de tipologia documental em arquivos pessoais tomaram força e muitos estudos já foram publicados, como o estudo de Cavalheiros e Santos (2019) e o de Trancoso e Silva (2013).

De acordo com Cavalheiro (2017) a identificação arquivística, processo de investigação próprio da diplomática arquivística — ou diplomática contemporânea — (Rodrigues, 2011), possibilitou uma aproximação entre os métodos da diplomática e os arquivos pessoais. A partir da identificação, o arquivista conseguiu estabelecer funções dentro do arquivo pessoal. Tais funções não são estabelecidas a partir dos mesmo mecanismo que os arquivos institucionais, mas sim, a partir do estudo da vida de seu produtor. A partir daí é possível estabelecer as atividades, e consequentemente, os documentos derivados pelas mesmas (Cavalheiro, 2017). Assim, tornou-se possível estabelecer os mesmos esquemas estruturais de funções existentes em arquivos institucionais aos arquivos pessoais a partir da reprodução de uma mesma lógica.

A aproximação entre arquivos pessoais e diplomática já é existente, mas ainda há muitas possibilidades a serem exploradas. Contudo, poderá a diplomática contribuir com as dificuldades trazidas pelo ambiente digital aos arquivos pessoais? Pretendemos explorar tal questão na seção a seguir.

5. **Possíveis contribuições da diplomática contemporânea para os arquivos pessoais**

Apesar de todo o temor causado pela palavra “digital” e das tantas problemáticas que esse novo ambiente traz para a arquivologia, é consenso dos pesquisadores da área da diplomática que apesar do suporte e o lugar de armazenamento dos documentos digitais serem diferentes dos documentos tradicionais em suportes analógicos, eles continuam ainda sendo essencialmente iguais.

Segundo Duranti (2005, p. 7),

> Ainda que possam se manifestar de maneiras diferentes, os mesmos elementos formais que estão presentes em documentos tradicionais também existem, explícita ou implicitamente, em documentos eletrônicos

Nascimento e Konrad (2016, p. 47) concordam com esta afirmação de Duranti, e explicando que

> Para a Diplomática, os documentos de formatos, datas e proveniências distintas são suficientemente similares aos documentos arquivísticos convencionais, em se tratando de seus elementos formais.

Nesse sentido, os documentos digitais não apresentam dificuldades, pois ainda continuam reproduzindo os mesmos elementos dos documentos físicos, a dificuldade nesse ponto está em identificar onde tais elementos podem ser encontrados — pois nem sempre estão onde tradicionalmente estariam, se tratando de um documentos em formato físico. Nesse sentido, a arqueologia, analisa a diplomática, precisa se renovar para aprender a localizar os elementos formais dos documentos digitais.

Silva e Siebra (2019) ilustram claramente onde esses elementos podem ser encontrados em documentos digitais, desde os elementos extrínsecos até os intrínsecos. Com esse rol de conhecimento, a crítica diplomática torna-se então totalmente aplicada a esses documentos.

Outros elementos precisam ser analisados para compreender o documento arquivístico digital, Nascimento e Konrad (2016, p. 50) afirmam que

> A definição dos metadados é considerada uma das formas utilizadas para analisar diplomaticamente um documento arquivístico digital, a fim de que sejam mantidas as suas características de fidedignidade e autenticidade.

A maior problemática dos documentos digitais não encontra-se ainda nesse âmbito, a problemática desses registros está na instabilidade de seus suportes. O grande desafio em lidar com esses documentos está na dificuldade em manter esses suportes sempre atualizados, de acordo com o desenvolvimento do mercado tecnológico. Manter todas as características que integram um documento arquivístico torna-se um desafio ainda maior em ambiente digital. De acordo com Nascimento e Konrad (2016, p. 48),

> Observa-se que a problemática em torno dos documentos digitais se dá, entre outros motivos, porque esses são mais propensos a perder suas características no que concerne à autenticidade, integridade e identidade devido à forma como são produzidos, transmitidos e manipulados.

Segundo ainda Nascimento e Konrad (2016), as características dos documentos arquivísticos são a autenticidade, integridade e identidade. Innarelli (2015), no entanto, apresenta outras características. Segundo ele, para analisar e preservar todos os aspectos dos documentos arquivísticos digitais, precisamos levar em consideração suas características: organicidade, unicidade, confiabilidade, acessibilidade e autenticidade. Apesar da diferença de nomenclatura, a integridade de Nascimento e Konrad (2016) equivale à confiabilidade de Innarelli (2015), enquanto a identidade equivale a unicidade. Innarelli (2015) apresenta apenas dois pontos adicionais, a acessibilidade — questão importante para os arquivos pós-custodial contemporâneos — e a organicidade — característica chave de um documento arquivístico.

Todas essas características são importantes para que o documento não perca nenhuma informação. A diplomática contemporânea, quando aplicada a documentos institucionais, é capaz de recuperar e preservar todas essas características do documento — ou pelo menos grande parte delas -, de forma com que não haja perda informacional, mesmo que esse documento tenha se deslocado de sua ordem original.

A questão que devemos levar em consideração aqui são as peculiaridades dos arquivos pessoais. Os documentos que integram os acervos pessoais são diferentes dos documentos institucionais, a dificuldade aqui é enquadrar a diplomática contemporânea a esses ambientes.

Um ponto que pretendemos abordar e que consideramos relevante para contextualizar com que tipo de documentos estamos lidando, gira em torno da formalidade dos documentos pessoais. Diferente dos registros gerados por uma instituição, os registros pessoais nem sempre apresentam espécies documentais bem definidas, que obedeçam a forma documental de registros institucionais.

Cavalheiro (2017) afirma que os arquivos pessoais são caracterizados pela informalidade e por uma falta de seletividade no momento de formação dos acervos. Contudo, apesar da não existência de uma estrutura documental diplomática — logo que tais documentos não são documentos diplomáticos -, a sua informalidade está na dificuldade de enxergar em tantos tipos de documentos diferentes, padrões estruturais. Mesmo que as estruturas formais dos documentos não sejam as diplomáticas, há ainda uma estrutura — linguística e cultural — que torna possível reconhecer padrões mesmo sem a existência de uma sistema de estrutura documental desenvolvido, como é o caso dos documentos diplomáticos. As estruturas arquivísticas institucionais são hoje tão claras porque foram essas as estruturas que são estudadas e exploradas desde os inícios dos estudos diplomáticos com Mabillon (1709), e que

engrenaram todo o desenvolvimento da arquivologia como ciência.

Calleja (2007), ao defender a falta de enquadramento dos arquivos pessoais nas características atribuídas aos arquivos institucionais, a autora não considera que todos os atributos citados — falta de legislação, de classificação cientificado, de definição de funções, de organicidade, de avaliação e de ciclo de vida — são atributos construídos e aplicados aos documentos institucionais a partir do próprio desenvolvimento científico da arquivologia, não nasceram "naturalmente" junto com os arquivos em sua história como instituição. Assim como foi possível construir todo um sistema de organização ao olhar para os arquivos institucionais, o mesmo movimento pode ser feito ao olhar para os arquivos pessoais. Ao aplicar o olhar arquivístico como os conjuntos documentais, frequentemente pode-se construir a ordem.

No ambiente dos arquivos pessoais, a avaliação e a seleção dos documentos não segue — e não pode seguir — critérios como os institucionais, pois não se trata de instituições. É também um equívoco afirmar que não há seleção e avaliação dentro de arquivos pessoais, contudo, também é um equívoco esperar que tais atividades funcionem da mesma forma que das teorias arquivísticas de gestão documental. A seleção e a avaliação desses ambientes seguem critérios pessoais, relacionados a questões afetivas das mais diversas naturezas e para que seja possível organizar organicamente esses acervos, até mesmo os critérios pessoais de avaliação e seleção precisam ser percebidos.

Além disso, a questão da autenticidade dos documentos, tão cara a diplomática e que ocupa grandes espaços das pesquisas realizadas sobre diplomática aplicada a documentos natos digitais, não configura uma problemática para os arquivos pessoais. Contudo, entendemos que por ser um tema central da diplomática, será necessário nos debruçar sobre autenticidade.

Silva e Flores (2018, p. 365) afirmam que "haverá presunção de autenticidade de um documento arquivístico digital se for analisado alguns aspectos essenciais: a forma, o conteúdo, ambiente de produção, manutenção/uso e preservação do documento" . O estudo da forma e conteúdo foi herdado dos campos mais tradicionais da diplomática, enquanto que os outros aspetos foram somados devido à instabilidade do ambiente digital. Sobre estes novos aspectos, os autores (Silva & Flores, 2018, p. 366) nos explicam que

> O ambiente de produção do documento digital, tal como descreve o CONARQ (2012), compreende os procedimentos de controle (quem produz, mantém, usa, preserva os documentos arquivísticos digitais e como essas ações serão realizadas), o sistema informatizado (devendo-se ter diretrizes que permitam a inclusão de trilhas de auditoria, controle de acesso de usuários, dentre outros) e o próprio produtor e/ou custodiador dos documentos (sendo imprescindível que tenha reputação idônea, capacidade e conhecimento específico para gerenciar os documentos, bem como inspirar confiança dos usuários.

Essa presunção de autenticidade encaixa-se apenas em documentos arquivísticos institucionais, onde será possível criar um ambiente controlado para os registros documentais, levando em consideração as pessoas que terão acesso às máquinas e que produziram os documentos. O acesso ao sistema de gestão escolhido para gerir tais registros — recomendado pelo CONARQ que seja utilizado Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD´s) -, precisa ser sistematicamente controlado para garantia da cadeia de custódia.

Quando tratamos de documentos pessoais, esse contexto é totalmente fora de alcance, pois ao falarmos de acervos pessoais, nos referimos a documentos criados por pessoas comuns em seu cotidiano, sem a utilização de sistemas de gerenciamento ou controle de acesso.

Arquivos pessoais não utilizam sistema de gestão arquivística antes de chegarem a uma instituição arquivística e nem tão pouco terão o controle de pessoas que acessam aqueles documentos.

Nessa perspectiva, atestar a autenticidade de documentos arquivísticos pessoais será um desafio que o campo de pesquisa ainda precisa explorar. Contudo, a questão da autenticidade para documentos arquivísticos importa apenas para garantir que a autoria dos documentos pertencem a quem aqueles documentos deveriam pertencer. Em arquivos pessoais é comum a mistura de mais de um fundo, como no caso dos arquivos custodiados pelos IEB — Instituto de Estudos Brasileiros -, denominados de arquivos de casal, por contemplarem dois fundos pessoas (Ribas, 2024).

Para além da questão da autenticidade, podemos utilizar de sua crítica documental para recuperar a organicidade desses acervos, logo que dificilmente esses documentos estarão armazenados de forma orgânica e terão uma história arquivística clara.

O estudo da gênese documental e da análise de funções feito a partir da identificação diplomática também poderá auxiliar os arquivistas a arranjar esses acervos da forma mais adequada possível,

de forma refletir as funções exercidas pelo criador do arquivo. Os estudos das estruturas documentais — tipo documental e suas tipologias derivadas (Bellotto, 2008) permanecem sendo grandes aliados dos arquivistas para compreensão das relações orgânicas e das funcionalidades de cada tipo documental, sendo esses dois atributos indispensáveis para um arranjo arquivístico.

Estudos como esses ajudam o campo arquivístico a compreender um ambiente que ainda lhe é novo — principalmente quando comparado aos anos que o campo se dedica aos estudos dos arquivos institucionais — devido a própria natureza desses registros e devido a própria técnica desenvolvida pela arquivologia até o momento.

6. Conclusão

A arquivologia e a diplomática, de fato, ainda precisam de estudos que tratem de arquivos pessoais de modo que as questões específicas dos arquivos pessoais sejam melhor desenvolvidas, a fim de colaborar com o aprofundamento de conceitos e o desenvolvimento de metodologias voltadas para esses documentos. A partir do levantamento bibliográfico realizado, pudemos perceber que os estudos desenvolvidos nos campos da arquivologia e da Ciência da Informação sobre a aplicação da diplomática em documentos natos digitais contempla apenas documentos institucionais, criados e geridos em circunstâncias diferentes dos documentos pessoais.

A diplomática já possui muito escopo para auxiliar o tratamento dos arquivos pessoais contemporâneos, contudo, precisamos explorar ainda mais a temática para aplicação desses métodos em qualquer suporte ou formato de documento, seja ele analógico ou digital.

A partir deste trabalho pretendemos iniciar um debate, que consideramos de grande importância para a arquivologia e para a continuidade da preservação da memória. Arquivos pessoais possuem grande valor histórico e social, tanto como fonte de pesquisa, quanto no aspecto cultural/identitário. Nesse sentido, entendemos que a arquivologia precisa concentrar esforços para o desenvolvimento de métodos cada vez mais eficientes e racionalizados para a organização desses conjuntos documentais, pensando sua preservação a longo prazo.

CRediT author statement

Ana Beatriz Colombo: Conceptualization (main); Data curation (main); Research (main); Methodology (main); Writing - original draft (main); Writing - revision and editing (main).

Sonia Troitiño: Methodology (collaboration); Writing - original draft (collaboration); Writing - revision and editing (equal contribution).

Referências

Abreu, J. P. L. (2018) Arquivos pessoais digitais. // Memória e Informação. 2:2.

Araujo, V. H. T.; Sales, I. V. P.; Sales, E. P. (2017). A inserção da disciplina de tipologia documental como uma necessidade para os cursos de arquivologia do brasil. // Archeion online. 5, número especial, p. 157-171.

Artières, Philippe (1998) Arquivar a própria vida. // Revista Estudos Históricos, 21. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

Bautier, Robert-Henri (1991) Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des Chartes. Bibliothèque de l'école des chartes. Em linha. n. 11v .9, p. 194-225. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_03736237_1961_num_119_1_449619.

Bellotto, H. L. (2006). Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV.

Bellotto, H. L. (2008). Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2 ed. Brasília: Brique de Lemos/Livro.

Callaje, Mireya (2007) ¿Archivos privados o colecciones?: fuentes primarias para la investigación de la identidade. In: Congreso de Archivología del Mercosur. 7, Viña del Mar.

Camargo, A. M. (Org.) (2005). Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2005. 192 p.

Camargo, A. M. A. (2008). Sobre arquivos pessoais. // Arquivo & administração. 7:2.

Carucci, Paola; et al. (1994) Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C. Ediciones; Universidad International Menéndez Pelayo.

Cavalheiro, M. U. (2017). Os limiares do arquivo pessoal na arquivologia: da diplomática clássica à identificação arquivística. // Páginas a&b, arquivos e bibliotecas (portugal).).

Cavalheiro, M. U., & Santos, C. A. C. M. (2019). Identificação arquivística no fundo clarice lispector: caracterização tipológica da série documentos pessoais. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação; 20(20).

Duranti, L. (2005). Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. // Arquivo & Administração. 4:1, 5-18.

Duranti, L. (1991). Diplomatics: new uses for an old science: part V. Archivaria.

Duranti, L. (1989). Diplomatics: new uses for an old science: part I. Archivaria.

Ficker, Julius (1877) Beiträge zur Urkundenlehre. Innsbruck: Verlag der Wagner'schen Universitaets-Buchhandlung. 2 v.

Hobbs, C. (2015). Personal Records. // Duranti, Luciana; Franks, Patricia C. (eds). Encyclopedia of Archival Science. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 266-269.

Innarelli, H. C. (2015). Gestão de preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual. 2015. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Le Goff, Jaques (1990) História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP. 554 p.

Le Goff, Jaques (1998) A história nova. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 319 p.

Mabillon, Jean. (1709). De re diplomatica libri VI — Ed. 2 ab ipso auctore recognita, emendata et aucta. Paris. - http://x0b.de/mabillon/mabillon-inhalt.html

McKemmish, Sue (2013). Provas de mim... Novas considerações. // Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Nascimento, M. A.; Konrad, G. V. R. (2016). Da diplomática tradicional para a diplomática contemporânea: trajetória e convergências com a arquivística. // Ágora. 26:53, 31-59. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13830.

Oliveira, L. M. V. (2008) Arquivos pessoais e documentos digitais uma reflexão em tomo de contradições. // Arquivo & Administração. 7:1.

Pacheco, A. (2017). Em busca da compreensão da informação digital sob uma perspetiva da diplomática e da ciência da informação. Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. Especial, 130-143. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68095.

Pajeú, H. M.; Moura, R. R.; Carvalho, D. O. de (2018) Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. Ci. Inf. Rev., Maceió, 3:5, 53-70.

Ribas, Elisabete Marin (2024) Arquivo de casal: uma questão de proveniência. 2024. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília.

Rorigues, A. C. 2011 Identificação: uma nova função arquivística? // Revista EDICIC. 1:4 (oct./dez. 2011) 109-129.

Rondinelli, R. C. (2005). Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4ª. ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 160 p.

Sickel, Theodor von (1867). Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata. Viena: C. Gerold. 2 v.

Silva, F. de M. O.; Siebra, S. de A. (2019). Desmaterializando o documento: contribuições da diplomática para a curadoria digital de documentos arquivísticos digitais. // Archeion Online, [S. l.]. 6:2, 23-44. https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2019v6n2.46345. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/46345.

Silva, W.; Flores, D. (2018). A diplomática contemporânea: reflexões sobre sua aplicabilidade na era digital. // Informação Londrina, 23:1. http://www.uel.br/revistas/uel/index. php/informacao/article/view/24421.

Sousa, Renato Tarciso Barbosa de (2007). A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. // Santos, V. B.; Innarelli, H. C.; Sousa, R. T. B. (Org.). Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação, gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC.

Tognoli, N. (2018) Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais. // Revista do Arquivo. 4.

Trancoso, M. C. D.; Silva, M. C. S. M. (2013). Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico joaquim da costa ribeiro. // Arquivo & administração. 12:2.

Enviado: 2024-04-02. Segunda versión: 2026-01-25.
Aceptado: 2023-06-23.